

A HISTÓRIA: FONTE DE FATO OU DE FICÇÃO?

Márcia Valéria Zamboni GOBBI¹

- RESUMO: A partir de dados tomados a duas narrativas portuguesas contemporâneas – a *História do Cerco de Lisboa* (1989), de José Saramago, e a *Crónica do Cruzado Osb.* (1976), de Agustina Bessa-Luís – investiga-se, neste estudo, a forma de aproveitamento, que neles se dá, da fonte histórica (o relato medieval do Cruzado Osberno), tendo o objetivo de, pela observação desta forma de relação entre o texto histórico e o texto literário, discutir questões mais amplas, concernentes aos imbricamentos de fato e ficção.
- PALAVRAS-CHAVE: Narrativa portuguesa contemporânea; história e ficção; ironia.

*Ninguém sabe que coisa quer,
Ninguém conhece que alma tem
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...*

(Fernando Pessoa)

O “estudo de caso” que ora se apresenta coloca em paralelo a leitura dos romances *Crónica do Cruzado Osb.*, de Agustina Bessa-Luís, publicado em 1976, e *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago, publicado em 1989. A reunião destes dois romances num único estudo, que tem por objetivo amplo contribuir para a discussão em torno das relações entre a história e a ficção, tal como se configuram na instância literária, foi-nos sugerida pela referência que ambos fazem (de forma mais ou menos ostensiva, mais ou menos fundamental para a construção do texto literário, como teremos a oportunidade de observar) a um documento histórico: a *Carta do Cruzado Osb.* relatando a história do Cerco de Lisboa em 1147.

Esta *Carta* foi traduzida do latim (língua em que originalmente foi escrita), comentada e parafrazeada na década de 1930 por um historiador português, Dr. José Augusto de Oliveira. Num volume subsequente, intitulado *O cerco de Lisboa em 1147*, e que traz o subtítulo de *Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos*, o mesmo historiador analisa minuciosamente as condições e os resultados do cerco, acrescentando à fonte essencialmente “osbérnica” (ou seja, a *Carta de Osb.*) alguns fragmentos de documentos também referentes ao cerco escritos pelos soldados germânicos Arnulfo e Dodequino. Todos eram cruzados, participaram da tomada de Lisboa aos mouros, e a diferença dos registros reside no fato de que a escrita da

¹ Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara .

Carta de Osb. foi contemporânea ao cerco (como um “diário de guerra”), enquanto que os documentos dos alemães foram redigidos posteriormente, sob a forma de um relato retrospectivo.

São estas, confessadamente, também as fontes de Raimundo Silva – o protagonista do romance de Saramago – quando resolve escrever a *sua* história do cerco de Lisboa, enfrentado o problemático NÃO que acabara por inserir no texto da história do cerco de Lisboa que revisava. Observa-se, aí, a fundamental “coincidência” que justifica, parece-nos, a aproximação aqui tentada.

Voltando ao texto do historiador: é certo que seja arriscado tomar o registro e a análise historiográfica por ele realizados como “modelares” em relação ao modo de se pensar a História na época em que esta obra foi escrita – a 2ª. metade da década de 30, de tão triste memória para os portugueses. Lembremo-nos que, então, Portugal vivia já sob a ditadura salazarista; a Guerra Civil espanhola ameaçava as vigilantes fronteiras lusitanas e Salazar conclamava todos os portugueses a unirem fileiras para a celebração condigna e pomposa, em 1939 e 1940, do “oitavo centenário da fundação da nossa nacionalidade” – portanto, da expulsão definitiva dos mouros das terras portuguesas – e do “terceiro centenário do movimento da nossa restauração” (Oliveira, 1938, p.210) – quando Portugal se livra da dominação espanhola, que durara 60 anos. Estava-se, então, em plena vigência da propaganda salazarista e, sem dúvida, o relato do Dr. José Augusto de Oliveira sobre a história do cerco de Lisboa revela tal intencionalidade.

Como se disse, é arriscado afirmar, de forma geral e inequívoca, que fosse este o modo pelo qual se pensava a História no contexto em questão – mesmo porque os constrangimentos a que qualquer publicação estava sujeita na época pode ter eliminado outros registros, de orientação ideológica não desejável; mas é certamente significativo para a discussão que aqui se pretende encetar que o historiador se proponha a *contar a história que não foi escrita*.

Esclareçamos o seu ponto de vista: os registros das *testemunhas oculares* do cerco – as suas fontes primárias, portanto – trazem uma perspectiva um tanto adversa aos interesses portugueses na documentação e na propagação da conquista, porque foram escritos por estrangeiros. O documento mais circunstanciado – o de Osb. – tem como autor um cruzado inglês que, diz o historiador, preocupou-se muito mais com o louvor aos seus conterrâneos que com a imparcialidade que o registro histórico deveria sobrelevar. Também Alexandre Herculano já registrara do atento cruzado, e dos seus companheiros de tarefa, a mesma avaliação: “Di-lo o cruzado inglês, auctor da narrativa que vamos seguindo... Quando elle ou Arnulfo tractam de desculpar ou glorificar os seus, pouco credito merecem” (Herculano, s.d., p.43).

A ação dos portugueses na conquista de Lisboa, pedra basilar para que se erigisse o monumento da nacionalidade, estava, portanto, muito mal contada. E é refazer este

A história: fonte de fato ou de ficção?

equivoco histórico o que se propõe o historiador, tendo como princípio – declarado no prefácio de sua obra – que:

Se os excessos da imaginação de forma alguma podiam ser o pedestal seguro em que assentasse triunfante a glória dos nossos antepassados, não era admissível também que se deixasse, apoucado e esquecido, no silêncio escuro dos documentos coetâneos o fulgor vitorioso das armas portuguesas. D. Afonso Henriques e os seus companheiros por tantos anos de batalhas e vitórias não podiam ter sido apenas meros espectadores duma façanha que lhes andava tanto no coração. Mas a verdade é que a história não se faz sem provas e os monumentos da época referentes aos portugueses são de tal modo escassos que mal se pode vislumbrar à luz deles o quinhão que lhes coube na partilha do triunfo.

Observando, porém, com vagarosa atenção as narrativas estranhas, vim a reparar que havia ali, por ventura, bastas indicações de valor precioso com os quais se poderia reconstituir mais exactamente a participação do braço português nos esforços da empresa e nos perigos da luta. Analisei então essas narrações, confrontei-as entre si e dessa análise e desse confronto nasceu o desejo de escrever este livro. (Oliveira, 1938, p.7)

Pois este *saneamento* da História não é justamente o que propõe Saramago, pelas vias da ficção? A sua concepção de História como uma malha larga, em cujos vazios se podem entretecer outros fios, não é justamente a demarcação do espaço da ficção?

Por outro lado, e para ser fiel à proposta contida no título deste trabalho, a postura do historiador dos anos 30 já problematiza a historiografia como *fonte de fato* – embora se proponha a sê-lo – questionamento que viria convergir maximamente na polémica proposição de Hayden White de que a história é uma ficção, e a ficção, uma história especulativa. Mas, então, na tarefa de reconstituir o que não foi escrito, o método do registro histórico é o mesmo da ficção?

Creemos que estejam sendo trazidas para esta discussão mais questões que conclusões. E o ponto que chegamos a apontar agora assusta porque esta análise não se propõe, de forma alguma, a avaliar o método da História, nem a discutir versões historiográficas mais ou menos válidas que sobre este acontecimento fundamental para a Nação portuguesa se foram construindo ao longo dos séculos que nos separam dele. O que nos surpreende, afinal, é que a *História do Cerco de Lisboa* – o romance de Saramago – acabe por se aproximar tanto, em suas motivações, desta velha história, que tem, no entanto, um fator fundamental a diferenciá-la da obra-prima saramaguiana: a ausência da ironia.

Acostumados que estamos às artimanhas da ironia ficcional, à desconfiança a que ela fatalmente nos induz, surpreende-nos, certamente, a convicção do discurso

fervoroso do historiador dos tempo de Salazar, com a sua certeza de que estava fazendo história, e a história definitiva:

Está [no livro] a minha convicção de que procurei ser útil ao meu país agitando um assunto e propondo a resolução de problemas que, nem por serem velhíssimos, deixam de Ter nas nossas almas a frescura garrida e palpitante duma actualidade atraente. A verdade é sempre nova e eu procurei só a verdade. (Oliveira, 1938, p.210)

A *verdade* buscada pelo historiador acaba por se traduzir numa minúcia exagerada, numa justificativa dos procedimentos da sua pesquisa e na discussão das informações contidas nos documentos medievais. Este *método* do historiador, enfim, levou-nos novamente à *História do cerco de Lisboa* – o romance de Saramago – justamente por nele encontrar-se textualizada a *desconfiança* para com as fontes, quaisquer que sejam elas; por encontrarem-se aí explicitadas, também, a implausibilidade da *verdade*, qualquer que seja a perspectiva de onde afirma, e a ambigüidade da história – sempre matizada pela sombra do que poderia ter sido:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras. (Saramago, 1989, p.124-5)

Ao configurar-se agora, ele também, como *fonte* que reconta a história do cerco de Lisboa, o romance de Saramago instala assumidamente a dúvida, a *desconfiança*, a incerteza – tudo aquilo, enfim, que desautoriza o relato histórico “verdadeiro”. É este o seu método, antípoda daquele do historiador, ainda que, enfatize-se, as motivações da escritura possam ser comuns: contar a história que não foi escrita. Mas, quando instrumentalizada pela ironia, esta reescritura recusa a nostalgia do olhar ao passado por permitir o distanciamento exigido para o seu (re)conhecimento; é a ironia, também, que dessacraliza os heróis, marcando a irreverência e a insubmissão do romance face à História e assumindo o imaginado; mais ainda (e na expressão precisa de Adorno): “o autor despacha com o gesto irônico, que revoga seu próprio discurso, a exigência de criar algo real, ao qual, porém, nenhuma de suas palavras pode escapar” (1983, p.272).

Encontramos aí definida a máxima ambigüização do discurso ficcional: ao recusar-se submeter-se ao que *de fato* foi, o romance torna possível um outro *fato*, textualmente

configurado – uma nova história do cerco de Lisboa, “falsa para poder ser outra, outra para poder ser falsa”, na expressão “definitiva” de Raimundo Silva.

Mais ainda: vê-se neste romance de Saramago uma outra ambigüidade fundamental. O NÃO que Raimundo Silva escreve na história do cerco de Lisboa que está revisando, e que enseja a sua versão do fato (aquela em que os cruzados não participam da conquista de Lisboa), pode parecer-nos, numa primeira leitura, a expressão afirmativa do poder dos portugueses, que seriam capazes, assim, de tomar a cidade sozinhos. Este juízo, aliás, é confirmado historicamente, se dermos crédito à narrativa do nosso historiador “de fato” (aquele que busca só a Verdade). Diz ele que D. Afonso já estava com tudo preparado para cercar Lisboa quando soube da iminente chegada dos cruzados. Se o seu auxílio era providencial, não era, de fato, indispensável.

Não queremos, verdadeiramente, fazer com que este controverso dado histórico tome o proscênio da discussão que aqui se realiza; mas se Saramago o toma como mote de seu romance, como o fator decisivo para que o próprio romance exista, então esta exclusão dos cruzados da conquista de Lisboa deve ser relevante para a construção do sentido do texto.

Voltemos à proposição inicial: esta exclusão *afirma* o poder dos portugueses; o romance, neste sentido, poderia remeter-nos à imagem de um “*Portugal-Super-Man*”, portador secreto de uma *mensagem* ou possuidor virtual de um Graal futuro”, confirmando o “*apologetismo intrínseco* da excelência ímpar do *ser português*” – imagem que revela, segundo o Eduardo Lourenço de quem se tomam aqui as palavras, um *irrealismo prodigioso* (Lourenço, 1992, p.35, 17).

Mas o fundamento do discurso irônico é, como vimos, exatamente o seu poder de revogar-se, de virar-se do avesso, e de virar do avesso também as representações que faz. A hipótese, então, de que o país poderia ter-se construído sozinho, lançada *do interior* da própria narrativa, é revertida pela forma discursiva que a constitui; a ironia aponta para o caráter ilusório da representação, para a *irrealidade* do texto ficcional, que se assume plenamente como mundo inventado, ao qual se permite, inclusive, brincar com a “verdade”. Mas esta “brincadeira” leva a uma *ambivalência* – e, como tal, insolúvel. O que queremos dizer é que, de fato, elogio e ceticismo, afirmação e negação se unem neste *talvez* intransponível do romance, emblemático do modo como Saramago concebe as relações entre a ficção e a história.

E a *Crónica do Cruzado Osb.*, como entra neste jogo? Como um “blefe”. Como uma artimanha, indicando, reiteradamente, o estatuto irônico que parece reger a criação do romance português pós-74.

E por que o romance nos engana? Porque nos faz esperar indefinidamente pela crónica do Cruzado Osb. que, afinal, nunca lemos. Pelo menos não na versão que ingenuamente esperávamos ler. E o mais interessante é que a autora joga com as

nossas expectativas de leitura justamente explorando as ambigüidades sugeridas pelo próprio título do romance: Examinemos cada um desses “engodos” em potencial.

A primeira questão que se coloca é a da autoria. O título do romance – *Crónica do Cruzado Osb.* – faz-nos supor que leremos algo como um texto escrito por Osb. – narrador-protagonista ou observador de circunstâncias que o interessam, cuja vinculação com o Osb. “primitivo” poderia ser mais ou menos assumida. Ou, sabedores das virtudes da intertextualidade, poderíamos supor também que Agustina intentasse reescrever, à sua moda, uma história do cerco de Lisboa, antecessora em mais de uma década daquela de Saramago, narrada por um Osb. sobreposto àquele dos tempos de antanho – afinal, é daquele cerco, e só dele, que trata a *Carta do Cruzado Osb.* “original”.

Mas o romance não é nada disso. Assim como a Carta de Osb. não é de Osb., a *Crónica do Cruzado Osb.* não lhe pertence. Esclareçamos: o atento historiador dos anos 30 coloca logo no início de seu tratado histórico a seguinte e elucidativa nota:

No volume *Conquista de Lisboa aos Mouros ...* expus a minha dúvida sobre se seria Osberno o autor da carta ou não seria antes a pessoa a quem ela é dirigida. Tratando-se, ao que parece, de um relatório sob forma epistolar e enviado por um súbdito a um seu superior, inclino-me a crer que das abreviaturas *Osb. de Bald e R.* a última oculta o nome de quem escreve e, por conseguinte, a carta poderá chamar-se de Osberno só porque foi escrita para ele. (Oliveira, 1938, p.17)

Saramago aceita incontestavelmente esta “retificação autoral”, como se verifica pela expressão paradoxal “providencial fonte osbérnica, porém de Osberno não” (1989, p.137) e, principalmente, por identificar como de Frei Rugeiro o sugestivo R. que “assina” a carta e cumpre a função de relatar o cerco.

Pois o autor da crónica do cruzado Osb. de Agustina é Josué Silva, e o livro que escreve – assim o ficamos sabendo pelo narrador do romance – era

uma sátira muito viva e espirituosa e também mal intencionada, e que principiava com o pacto de D. Afonso Henriques e os Cruzados para a conquista de Lisboa. No seu capítulo “Vigília do Apóstolo S. Pedro depois de jantar”, estava tão patente a história dum intento e era descrita de maneira tão astuciosa, que amigos e inimigos se divertiam com aquilo. (Bessa-Luís, 1976, p.82)

Só muito espaçadamente Osb. será ouvido no romance, e de forma intermediada pelo narrador. Destituído de legítima voz pela segunda vez – já que a Carta de 1147 não era *de* Osb., mas *para* Osb. – este Osb. de Agustina só encontrará oportunidade de manifestar-se com um discurso alheio, que ele instrumentaliza, como vemos nestes fragmentos do romance: “[Josué] *fazia dizer* ao cronista Osb. no cerco de Lisboa

(Bessa-Luís, 1976, p.80); “Tal gente somos, fruto das razões que podemos a nosso modo alcançar’ – *escrevia Josué, na voz do cruzado Osb.*” (p.203)².

Mas se aquele Osb. era o receptor da carta, analogamente podemos pensar num receptor para esta. E o que constitui o “relato” será fundamental para decifrarmos a identidade deste outro Osb.

E é aí, naquilo que o romance diz, que Agustina explora a segunda ambigüidade contida no título: a que reveste o sentido da *crônica*.

Aplicado ao texto “original” ao qual sugestivamente o romance de Agustina se vincula – a Carta do Cruzado Osb. – o conceito de *crônica*, tal como primeiramente se pode concebê-lo, é bastante pertinente, pois *crônica* (submetida a Cronos, à marcação temporal) designa um registro de eventos, arrumados conforme a seqüência linear do tempo. Sem a necessidade de deter-se na interpretação dos fatos ou de buscar relacioná-los segundo o princípio da causalidade, a *crônica* primitiva talvez possa ser tomada como uma proto-historiografia.

Mas este sentido primeiro alterou-se radicalmente, já com Fernão Lopes, no século XV, e hoje, sabemos, a *crônica* designa uma manifestação literária híbrida onde o dado inegável é o da “pessoalidade” do registro, que se aproxima, assim, de um comentário *necessariamente interpretativo* lançado por um “eu” o mais das vezes espectador de acontecimentos mais ou menos relevantes do cotidiano (que a recriação alça ao estatuto de um “acontecimento” estético significativo).

Pois Agustina irá justamente jogar com esta duplicidade de sentido da *crônica*: se o título associa o romance ao significado primeiro do termo, em consonância com o “tempo de Osb.”, o que o romance manifesta é, na verdade, um *comentário interpretativo*, ideologicamente muito bem marcado, sobre a Revolução de 1974.

Note-se que a publicação do romance data de 1976, o que indica, tomando-se a importância e a intensidade do acontecimento comentado, o caráter quase *imediato* do registro literário, relativamente ao seu “objeto” histórico. Esta proximidade temporal da *crônica*, sujeita a envelhecer conforme o acontecimento que a determinou se afasta no tempo, é outra das potencialidades do termo aproveitadas pela romancista.

Mas então este romance é uma *crônica*? Ora, sabemos que o rigor das distinções de gênero é monológico, monologizante – e a literatura quer escapar desse rigor de todas as formas, configurando o seu dialogismo fundamental. E a *crônica* pode, como realização, assumir também uma forma dialógica, pode efetivar-se como um diálogo entre personagens, reais e/ou imaginárias, prestando-se, ainda, à expansão dos dotes de “contador de histórias” de seu criador.

Ora, parece-nos que a *Crônica do Cruzado Osb.* em muito se assemelha a estas características: o que rege a construção da narrativa é uma quase excessiva preocupação

² Grifos do autor.

de dar conta da *efervescência discursiva* em torno da Revolução. Agustina coloca em cena três ou quatro famílias da “aristocracia” portuense que, na nova situação pós-revolucionária, têm que rever seu papel social – e esta revisão faz-se justamente enredando as (poucas) ações efetivas dos personagens aos comentários (até excessivos) que fazem sobre a Revolução e seus desdobramentos mais imediatos.

Mas este comentário é feito, com grande frequência, pela voz do narrador. E mesmo quando a situação é de diálogo, a voz do narrador, ainda que se manifeste discursivamente como uma onisciência relativizada pela modalização do *talvez*, do *poder ser*, do *parece*, esta voz narrativa é tão aglutinante que minimiza ou até inviabiliza qualquer avaliação de que ali exista uma multiplicidade de pontos de vista. Se existem, é só sob a forma de um artifício retórico que, na verdade, faz reverberar o mesmo discurso, “pessoal”, do narrador. Daí que o romance, nesse sentido, pareça-nos aproximar-se da crônica: é um discurso que ostenta sua *personalidade* literária, que mostra o lugar da sua fala.

A *Crônica do Cruzado Osb.*, assim, ao passo que afirma o inegável e insubestimável “dom de Sherazade” de sua autora, registra, na efervescência revolucionária, em meio à convulsão dos acontecimentos imediatamente pós-74, um comentário incisivo sobre estes acontecimentos, comentário que supera o perigo da efemeridade, da referencialidade, pelo vigor narrativo da romancista.

Para encerrar, reunindo os dados: no ponto em que se tangenciam, as três narrativas aqui em questão – a *Crônica do Cruzado Osb.*, a *História do Cerco de Lisboa* e *O cerco de Lisboa em 1147* – mostram que o limite entre a história e a ficção pode constituir-se como um fecundo campo de investigação para todo aquele que, sem abrir mão da leitura do texto literário como objeto estético (este, aliás, o inalienável direito de qualquer leitura), quer tomá-lo também como trânsito para a compreensão do mundo à nossa volta e da nossa própria vida – da História, e do homem nela.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. History: source of fact or fiction? *Itinerários*, Araraquara, n.15/16, p. 141-149, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper deals with two contemporary narratives – História do Cerco de Lisboa (1989), by José Saramago, and Crônica do Cruzado Osb. (1976), by Agustina Bessa-Luís – and attempts at examining the connections between history and fiction, grounded on a discussion of the historical sources of these novels.*
- **KEYWORDS:** *Contemporary Portuguese literature; History and fiction; irony.*

A história: fonte de fato ou de ficção?

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. Posição do narrador no romance contemporâneo. *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- BESSA-LUÍS, A. *Crónica do Cruzado Osb*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1976.
- HERCULANO, A. *História de Portugal*. 9.ed. Lisboa: Bertrand, s.d.
- LOURENÇO, E. *O labirinto da suidade*. 5.ed. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, J. A. *O cerco de Lisboa em 1147*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.
- SARAMAGO, J. *História do cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989.

